

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto a seguir, para responder às questões 01 a 03, que a ele se referem:

Os discursos escritos sobre a Amazônia apresentam, frente aos demais discursos da América Latina, a especificidade do fluvial. Na maioria das vezes, são discursos conduzidos pela navegação, tanto no caso dos descobridores, ou aqueles em que a água aparece como instância prévia e se introduz em seu curso, quanto no caso dos exploradores científicos. São textualidades que repousam sobre o decurso, que se desdobram em uma infinidade de furos, igarapés, lagoas, afluentes, tributários, numa geografia de águas que, quando não invade tudo, se faz pressentir a sua volta, em sua permanência, em seu ritmo. São os discursos de uma nação de águas. Nação no sentido figurado, de uma área cultural formada por oito países que compartilham referentes comuns, tendo como centro o rio e a selva. Tal área sustenta uma relação comum e intensa com a natureza e o meio ambiente, participando de uma comunidade imaginária que denomina de diferentes modos os mesmos fenômenos, pois o que num extremo do rio se chama *curupira*, no outro lado, aos pés da cordilheira andina, na região de nascimento, se chamará *chullachaqui*. Com uma imagem às vezes protetora, às vezes hostil, ambos são temidos por defender a selva dos invasores, seja pela astúcia de seus gestos, ou por sua figura de pés defeituosos ou com os pés voltados para trás. Os dois são figurações de um mesmo perfil: a milenar resistência da natureza à ingerência do homem. (Do livro *As Vozes do rio*, de Ana Pizarro, p. 18-19)

01. Coloque **V** para **verdadeiro** e **F** para **falso** nas afirmativas a seguir, feitas a propósito de aspectos diversos do texto:

- () Observa-se o predomínio da função referencial ou denotativa.
- () Uma ideia secundária que perpassa o texto é a de que a Amazônia deveria ser um só país.
- () Os vocábulos “furos”, “igarapés”, “lagoas”, “afluentes” e “tributários” se dispõem numa relação de hiponímia com um termo posterior a eles.
- () A lenda do “curupira” nasceu na região dos Andes, onde esse ser é designado por outro nome.
- () A cultura dos povos amazônicos tem distinções, não só quanto aos termos, mas também quanto às concepções relativas ao ambiente.

Assinale a alternativa que relaciona a sequência **CORRETA** de **V** e **F** de cima para baixo:

- a) V – V – F – V – F
- b) V – F – V – F – F
- c) F – F – V – F – V
- d) F – V – V – V – F
- e) F – V – F – F – V

02. De acordo com o conteúdo do texto, os vocábulos “instância” e “ingerência” (em destaque) podem ter, respectivamente, o significado de:

- a) acidente natural comum; desmatamento.
- b) fenômeno geográfico inevitável; destruição levada a efeito por.
- c) em primeiro e mais importante caso; intervenção.

- d) apelo urgente e repetido; falta de consciência ecológica.
- e) grau de jurisdição; influência externa.

03. Assinale a alternativa em que o verbo assinalado se apresenta na forma arrizotônica:

- a) “oito países que compartilham referentes comuns”
- b) “São textualidades que repousam sobre o decurso”
- c) “na região de nascimento, se chamará *chullachaqui*”
- d) “a água aparece como instância prévia e se introduz em seu curso”
- e) “Tal área sustenta uma relação comum e intensa com a natureza”

04. Assinale a alternativa em que a forma verbal corresponde à seguinte estrutura: radical + vogal temática + desinência modo-temporal + desinência número-pessoal:

- a) escreveu
- b) vendesse
- c) esfregava
- d) reciclemos
- e) formulásseis

05. Assinale a alternativa em que a frase está articulada de modo claro, coeso, coerente e correto:

- a) De personalidade contraditória, violenta e ao mesmo tempo doce, quando se pensa na relação com sua filha, a quem amava profundamente, o conquistador castelhano Lope de Aguirre foi objeto de diversas análises, algumas de natureza psiquiátrico-positivista, que lhe conferiram certo delírio de reivindicação, atribuindo sua revolta a um ressentimento.
- b) Lope de Aguirre, conquistador castelhano, tinha personalidade contraditória e violenta, mas ao mesmo tempo doce, se pensarmos na relação com sua filha, a qual amava profundamente, sendo por isso objeto de diversas análises, algumas de natureza psiquiátrico-positivista, que lhe conferiram certo delírio de reivindicação, atribuindo sua revolta a um ressentimento.
- c) Por ter personalidade contraditória e violenta, embora ao mesmo tempo doce, se pensarmos na relação com sua filha que amava profundamente, a Lope de Aguirre, um conquistador castelhano, diversas análises, até mesmo de natureza psiquiátrico-positivista, lhe conferiram certo delírio de reivindicação, atribuindo sua revolta a um ressentimento.
- d) Embora de personalidade contraditória e violenta, Lope de Aguirre, um conquistador castelhano que era ao mesmo tempo doce, haja visto a relação com sua filha, a quem amava profundamente, apesar de diversas análises, algumas de natureza psiquiátrico-positivista, lhe conferiram certo delírio de reivindicação, atribuindo sua revolta a um ressentimento.
- e) O conquistador espanhol Lope de Aguirre, foi objeto de diversas análises, algumas de natureza psiquiátrico-positivista, que lhe conferiram certo delírio de reivindicação, atribuindo sua revolta a um ressentimento, tudo em virtude de sua personalidade contraditória, violenta e ao mesmo tempo doce, se pensarmos na relação que tinha com a filha, a qual amava profundamente.

06. Assinale a alternativa em que a palavra grifada está empregada em sentido denotativo:

- a) Como lê muito, dizem que João é uma ilha cercada de livros por todos os lados.
- b) Alessandro rompeu a camisa no arame farpado que cerca a fazenda.
- c) Apenas Édipo encontrou a chave para decifrar o enigma da Esfinge.
- d) A neblina flutua, desfazendo os edifícios e as árvores da cidade.
- e) Quando o sol cair, encerraremos nosso expediente no banco.

07. Leia os seguintes versos de Manoel de Barros, início do poema “Os deslimites da palavra”:

Ando muito completo de vazios.
Meu órgão de morrer me predomina.
Estou sem eternidades.

Assinale a alternativa na qual consta a figura de linguagem expressa no primeiro verso do poema (“Ando muito completo de vazios”):

- a) Metáfora
- b) Hipérbole
- c) Eufemismo
- d) Paradoxo
- e) Sinestesia

08. Leia o “Soneto de fidelidade”, de Vinícius de Moraes:

De tudo ao meu amor serei atento
Antes, e com tal zelo, e sempre, e tanto,
Que mesmo em face do maior encanto,
Dele se encante mais meu pensamento.

Quero vivê-lo em cada vão momento
E em seu louvor hei de espalhar meu canto
E rir meu riso e derramar meu pranto
Ao seu pesar ou seu contentamento.

E assim, quando mais tarde me procure,
Quem sabe a morte, angústia de quem vive,
Quem sabe a solidão, fim de quem ama,

Eu possa me dizer do amor (que tive):
Que não seja imortal, posto que é chama,
Mas que seja infinito enquanto dure.

Leia as afirmativas a seguir, feitas sobre o texto:

- I. No início, observa-se a presença de um hipérbato, já que houve uma troca na sequência normal dos termos da oração.
- II. No oitavo verso (“Ao seu pesar ou seu contentamento”), os substantivos antitéticos expressam uma ideia contraditória.
- III. No sétimo verso (“E rir meu riso e derramar meu pranto”) existe um pleonasmo; porém, devido ao seu valor enfático, não podemos considerá-lo vicioso.
- IV. A palavra “chama”, no penúltimo verso, é uma metonímia de um termo anteriormente expresso: amor.
- V. O poema, em sua totalidade, expressa o grande amor do poeta por uma mulher.

Assinale a alternativa correta:

- a) Somente as afirmativas I, II e IV estão corretas.
- b) Somente as afirmativas I e III estão corretas.
- c) Somente as afirmativas II e III estão corretas.
- d) Somente as afirmativas II, IV e V estão corretas.
- e) Somente as afirmativas III e V estão corretas.

09. Assinale a alternativa em que a pontuação **NÃO** se apresenta correta:

- a) O curupira, de antiga tradição na região amazônica, aparece como uma criatura com os pés ao contrário; já a mula sem cabeça, como um acéfalo.
- b) A interpelação ao desconhecido sempre foi um atrativo singular e, no momento em que os espaços se abriam paulatinamente, aparecia com mais intensidade.
- c) Por sua origem quase divina, os heróis tinham a missão de comunicar o espaço dos homens, o império do divino, o mundo subterrâneo dos mortos.
- d) Nos tempos antigos, os viajantes tinham como modelo os heróis, cujas façanhas apareciam nas mitologias.
- e) Se os modernos não acreditam, paciência; mas o certo é que os mitos falavam de uma cidade toda banhada em ouro: o Eldorado.

10. Leia o texto a seguir:

Depois do golpe militar de 1964, com a queda do presidente João Goulart, as forças militares ocuparam a Amazônia brasileira, perseguindo e dispersando os principais líderes políticos democráticos, o que abriu caminho para a proposição de um plano de modernização da região, elaborado no Sul do país. Isto implicou a entrada de capitais nacional e estrangeiro, assim como a redefinição do espaço e das condições de vida da população. Aliás, no final dos anos 1950, a integração geográfica da Amazônia com o Sul – na verdade uma proposta geopolítica – já havia começado através das rodovias. É possível perfilar um núcleo ligado a indústria automotora, assim como a suas indústrias adjacentes. Esse polo industrial é intensamente estimulado pelos militares que, sob o discurso da modernização da Amazônia e sua integração nacional, tinham promovido seu projeto geopolítico, mediante a construção de rodovias. Tais ideias e medidas não conseguiam discriminar as especificidades do Norte das do resto do país. (Do livro *As Vozes do rio*, de Ana Pizarro, p. 166. Texto adaptado.)

Coloque **V** para **verdadeiro** e **F** para **falso** nas afirmativas a seguir, feitas a propósito de aspectos diversos do texto:

- () A regência no trecho “Isto implicou a entrada de capitais” **NÃO** está correta, pois deveria ser “Isto implicou na entrada de capitais”.
- () As palavras “proposição”, “modernização” e “região”, constantes do primeiro período, formam um vício de linguagem chamado barbarismo.

- () No último período, para que o enunciado fique correto, o vocábulo “discriminar” precisa ser substituído pelo parônimo “descriiminar”.
- () Uma ideia que perpassa o texto é a de que as medidas para o desenvolvimento da Amazônia, embora não condizentes com a sua realidade, eram necessárias.
- () “Tinham promovido”, no penúltimo período do texto, está conjugado no pretérito mais-que-perfeito composto do indicativo.
- () No trecho “É possível perfilar um núcleo ligado a indústria automotora”, o a deveria levar o acento indicativo de crase.

Assinale a alternativa que relaciona a sequência **CORRETA** de **V** e **F** de cima para baixo:

- a) V – F – V – V – F – F
- b) V – F – V – F – F – V
- c) V – V – F – F – V – F
- d) F – F – F – F – V – V
- e) F – V – F – V – F – V

LEGISLAÇÃO

11. Aldebaran da Silva logrou êxito em concurso público efetivo na esfera federal. Cumpriu todos os trâmites normais e teve o seu ato de provimento publicado no dia 01/04/2018. A posse de Aldebaran no cargo estava marcada para o dia 10/05/2018, mas, dias antes da posse, ficou acometido por doença infectocontagiosa que o impossibilitou de comparecer pessoalmente para o referido ato, outorgando poderes para que seu irmão, Antônio da Silva, mediante procuração específica firmada pelo candidato, tome posse em seu nome. Com a posse, foi realizada a assinatura do respectivo termo, no qual constaram as atribuições, os deveres, as responsabilidades e os direitos inerentes ao cargo ocupado. A esse respeito, conforme a Lei nº. 8.112/90, é **CORRETO** afirmar:

- a) Constata-se irregularidade na posse, uma vez que deveria ter ocorrido dentro de lapso temporal menor, contado da publicação do ato de provimento.
- b) A posse encontra-se revestida da legalidade, sem qualquer irregularidade, uma vez que foram seguidos os trâmites previstos pela Lei nº. 8.112/1990.
- c) Verifica-se irregularidade na posse, uma vez que no termo de posse não deveriam estar presentes os direitos inerentes ao cargo ocupado.
- d) No ato da posse, Aldebaran não precisará apresentar, por meio de seu procurador, declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio.
- e) Houve irregularidade na posse, pois não é permitido pela lei a posse em cargo público mediante procuração específica. Trata-se de ato pessoal e intransferível.

12. Pedro Antônio é servidor público federal estável e, em decorrência de denúncia de suposta falta praticada, foi demitido do cargo que ocupava. Irresignado, Pedro Antônio recorre ao Poder Judiciário e obtém decisão favorável ao seu pedido, determinando a anulação do ato demissional por

ausência de regular processo administrativo. Neste caso, considerando as regras a respeito do provimento, vacância, remoção, redistribuição e substituição, conforme a Lei nº. 8.112/90, é **CORRETO** afirmar que Pedro Antônio será:

- a) removido para o cargo anteriormente ocupado.
- b) reconduzido ao cargo anteriormente ocupado.
- c) aproveitado em novo cargo, desde que em caráter efetivo.
- d) devolvido à atividade diante da ocorrência da reversão.
- e) reintegrado com o ressarcimento de todas as vantagens.

13. A respeito dos direitos e vantagens assegurados ao servidor público federal na Lei nº. 8.112/90, analise as afirmativas, identificando com “V” as verdadeiras e com “F” as falsas, assinalando a seguir a alternativa que possui a sequência **CORRETA** de cima para baixo:

- () O vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens de caráter permanente, é irredutível.
- () Mediante autorização do servidor ou judicial, poderá haver consignação em folha de pagamento em favor de terceiros, a critério da administração e com reposição de custos, sendo certo que o total de consignações facultativas não excederá a 50% (cinquenta por cento) da remuneração mensal.
- () Nenhum servidor receberá remuneração inferior ao salário mínimo.
- () O vencimento, a remuneração e o provento não serão objeto de arresto, sequestro ou penhora, ainda que nos casos de prestação de alimentos resultante de decisão judicial.
- () Além do vencimento, poderão ser pagas ao servidor vantagens, como as indenizações, gratificações e adicionais.

- a) V – V – V – F – V
- b) V – V – F – F – V
- c) V – F – V – F – V
- d) F – V – V – F – V
- e) F – F – V – V – F

14. João de Oliveira, servidor público federal, investido no cargo efetivo de Servidor Técnico-Administrativo em Educação da UFAM há 1 (um) ano e 8 (oito) meses, pretende solicitar licença para acompanhar sua cônjuge, que foi deslocada para outro ponto do território nacional. Conforme dispõe a Lei nº. 8.112/1990, é **CORRETO** afirmar a esse respeito que:

- a) A licença será por prazo indeterminado e com remuneração.
- b) A licença será por prazo indeterminado e sem remuneração.
- c) A licença será por prazo determinado e com remuneração.
- d) A licença será por prazo determinado e sem remuneração.
- e) O servidor não pode acompanhar o cônjuge, tendo em vista que se encontra em estágio probatório.

15. De acordo com a Lei nº. 8.112/90, sem qualquer prejuízo, poderá o servidor ausentar-se do serviço:

- I. Por 1 (um) dia, para doação de sangue;
- II. Pelo período comprovadamente necessário para alistamento ou recadastramento eleitoral, limitado, em qualquer caso, a 2 (dois) dias.
- III. por 10 (dez) dias consecutivos em razão de casamento;
- IV. por 8 (oito) dias consecutivos em razão de falecimento do cônjuge, companheiro, pais, avós, filhos, enteados, menor sob guarda ou tutela e irmãos.

Assinale a alternativa correta:

- a) Somente as afirmativas I e II estão incorretas
- b) Somente as afirmativas I, II e III estão incorretas
- c) Somente as afirmativas II, III e IV estão incorretas
- d) Somente as afirmativas II e IV estão incorretas
- e) Somente as afirmativas III e IV estão incorretas

16. Assinale, dentre as alternativas a seguir, aquela que **NÃO** constitui causa de demissão do servidor público, nos termos da Lei nº. 8.112/90:

- a) Inassiduidade habitual.
- b) Proceder de forma desidiosa.
- c) Quando não satisfeitas as condições do estágio probatório.
- d) Receber presente de qualquer espécie, em razão de suas atribuições.
- e) Utilizar recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares.

17. Paulo Castilho é servidor da UFAM, investido no cargo de Técnico-Administrativo em Educação. Há uma semana ele recebeu um convite para prestar serviços à Assembléia Geral da OEA, com sede em Washington, DC, EUA. Para que ele possa atender ao pedido, deverá afastar-se de seu cargo na UFAM, mediante autorização da autoridade competente. Considerando que Paulo se encontra em estágio probatório, ele:

- a) não poderá afastar-se de seu cargo até que seja aprovado no estágio probatório.
- b) poderá afastar-se de seu cargo, desde que seja autorizado pela reitoria da UFAM.
- c) poderá afastar-se de seu cargo, condicionado à perda total de sua remuneração.
- d) não poderá afastar-se de seu cargo por estar situado no estrangeiro o órgão em que vai servir.
- e) poderá afastar-se de seu cargo, desde que seja por período inferior a dois anos.

18. João da Borda é servidor público e, na repartição em que trabalha, é responsável pelo atendimento ao público. São deveres fundamentais de João da Borda, nos exatos termos do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, o Decreto Federal nº 1.171/94:

- I. Jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo.

- II. Comunicar imediatamente a seus superiores ato ou fato que julgar em sua consciência contrário ao interesse público, exigindo as providências cabíveis.
- III. Facilitar a fiscalização de todos os atos ou serviços por quem de direito, exceto nos casos em que haja determinação superior em contrário.
- IV. Ter respeito à hierarquia, porém sem nenhum temor de representar contra qualquer comprometimento indevido da estrutura em que se funda o Poder Estatal, salvo se se tratar de seu subordinado, caso em que poderá exercer a aplicação de penalidades sensíveis ao cargo que ocupa.
- V. Ser cortês, ter urbanidade, sensibilidade e atenção, respeitando a capacidade e as restrições pessoais de todos os usuários do serviço público, sem preconceito ou distinção de raça, gênero, estereótipos e religião.

Assinale a alternativa correta:

- a) Existe uma assertiva correta
- b) Existem duas assertivas corretas
- c) Existem três assertivas corretas
- d) Existem quatro assertivas corretas
- e) Todas as assertivas estão corretas

19. Marieta Rodrigues, servidora pública federal, representou à autoridade administrativa competente, acusando Pedro Teixeira, Diretor de uma unidade, de ter praticado um ato de improbidade administrativa, requerendo, dessa forma, a imediata instauração de investigação. Ocorre que Marieta era conhecedora de ser o referido Diretor inocente, tendo realizado a mencionada representação motivada por vingança pessoal. Após devida apuração dos fatos, a servidora Marieta foi regularmente processada e condenada criminalmente à detenção de doze meses e multa. Em relação aos fatos narrados, de acordo com a Lei nº. 8.429/1992, é **CORRETO** afirmar que:

- a) Marieta não cometeu nenhum crime, mas mero ilícito civil.
- b) A pena que Marieta recebeu de detenção está incorreta, pois não pode superar dez meses.
- c) A pena que Marieta recebeu de detenção está correta, não sendo cabível, na hipótese, a aplicação de multa.
- d) A pena que Marieta recebeu de detenção está incorreta, sendo apenas cabível, na hipótese, a aplicação de multa.
- e) Na hipótese é cabível, alternativamente, a pena de reclusão ou multa.

20. Sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, conforme previsto na Lei nº. 11.091/05, seguem as assertivas:

- I. Plano de carreira é o conjunto de princípios, diretrizes e normas que regulam o desenvolvimento profissional dos servidores titulares de cargos que integram determinada carreira, constituindo-se em instrumento de gestão do órgão ou entidade.
- II. Nível de classificação é o conjunto de cargos de mesma hierarquia, classificados a partir do requisito

de escolaridade, nível de responsabilidade, conhecimentos, habilidades específicas, formação especializada, experiência, risco e esforço físico para o desempenho de suas atribuições.

- III. Cargo é o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que são cometidas a um servidor;
- IV. Usuários são pessoas, entes despersonalizados ou coletividades internas ou externas à Instituição Federal de Ensino que usufruem direta ou indiretamente dos serviços por ela prestados, gratuita ou remuneradamente.

Assinale a alternativa correta:

- a) Existe uma assertiva incorreta
- b) Existem duas assertivas incorretas
- c) Existem três assertivas incorretas
- d) Existem quatro assertivas incorretas
- e) Todas as assertivas estão corretas

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO

21. Na conjuntura atual, o fundamento da educação pública sustenta-se no ideário do direito fundamental de cada pessoa à educação escolar, como ferramenta capaz de proporcionar uma vida digna que, por meio da formação cidadã, crie possibilidades para a incorporação de conhecimentos que ampliem suas oportunidades, habilidades e sua resiliência no enfrentamento dos desafios cotidianos para a superação do ciclo de degradação humana, produzido pela globalização. Esta visão de educação como missão de saúde pública referencia-se:

- a) no movimento da “Escola sem Partido”.
- b) na visão de Taylor, em sua obra “Princípios da Administração Científica” (1911).
- c) na Didática Magna de Comenius.
- d) na pedagogia escolanovista, que defende a centralidade da criança nas relações de aprendizagem.
- e) na própria Constituição Brasileira de 1988 (art. 205), bem como na perspectiva construída por Edgar Morin, nas suas obras “Os Sete Saberes (...)” e “A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento”.

22. No quadro das tendências críticas da educação brasileira, Saviani contribui com uma nova perspectiva, a qual, segundo ele, toma forma à medida que se diferencia no bojo das concepções críticas. Saviani defende que essa concepção se diferencia da visão crítico-reprodutivista, uma vez que procura articular um tipo de orientação pedagógica que seja crítica sem ser reprodutivista. Essa visão constitui o empenho do autor em compreender a questão educacional a partir do desenvolvimento histórico objetivo. Essa concepção elaborada por Saviani recebeu a denominação de:

- a) Concepção da Pedagogia Tradicional.
- b) Concepção da Pedagogia Institucional.
- c) Concepção da Pedagogia da Alternância.
- d) Concepção da Pedagogia Histórico-crítica.
- e) Concepção da Pedagogia Crítico-reprodutivista.

23. O caráter multirracial, multiétnico, multirreligioso e multicultural do povo brasileiro impõe para a educação o reconhecimento da diversidade e o enfrentamento das diferenças sociais, econômicas, políticas, bem como a especificação de direitos das pessoas com necessidades educacionais especiais, como elemento cultural constituinte das nossas relações histórico-sociais (Jamil Cury, 2005). Esse modo de relação, incorporado no preâmbulo da nossa Constituição Federal de 1988 como o princípio que visa assegurar ao Brasil uma sociedade fraterna e pluralista, exige que o ato de educar seja exercido como:

- a) prática social que aprofunde a injustiça estrutural entre os diferentes do ponto de vista da etnia, da religião, da cultura e de condições socioeconômicas.
- b) prática social fomentadora de todas as formas de desigualdade e apartheid social.
- c) medida de classificação rigorosa de alunos para manter a uniformidade e ignorar o valor das diferenças sociais, econômicas, religiosas e políticas.
- d) medida de eugenia para justificar a exclusão dos mais fracos e as discriminações de índios, negros e pessoas com deficiência.
- e) prática social emancipatória e transformadora das relações dadas pela injustiça estrutural, visando à efetivação dos direitos sociais como patamar e base da equidade e igualdade de direitos da cidadania.

24. No processo da relação educação e sociedade se constroem tendências teórico-práticas e marcos legais que definem novas finalidades para o desenvolvimento de uma educação emancipatória, objetivando convivência fraterna, igualitária, justa e humanizada das relações sociais entre países, grupos e pessoas. Na realidade brasileira vivenciamos experiências importantes, que mostram a face complexa, tensa e polarizada dessa problemática instigante no campo da educação pública. Uma avaliação compatível com os direitos sociais para a superação dos aspectos que tencionam os polos dessa relação deve tomar por referência:

- a) a “ilusão da distância” gerada pela consciência das formas perversas produzidas pelas estruturas injustas, encaradas como mero fato histórico isolado e que serve como tranquilizador de consciências, segundo análise de Roberto Santos (ISSN 2176-185).
- b) o reconhecimento e a prática da conscientização pela defesa incessante da dignidade e da igualdade como elo essencial entre as pessoas humanas, conforme proclama a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em articulação com outros Pactos internacionais e a própria Constituição Brasileira de 1988.
- c) a negação da dignidade da pessoa humana e de seus direitos iguais e inalienáveis, fundamento da liberdade, da justiça e da paz, uma vez que as diferenças sociais impõem tratamento desigual.
- d) a limpeza étnica e a xenofobia próprias do pensamento de extrema direita, em plena ascensão na atualidade.
- e) o etnocentrismo e o autoritarismo, dada a urgência de encaminhar soluções únicas num contexto de crise educacional, econômica, social, política, histórica.

25. A organização e o desenvolvimento da educação em todos os níveis e etapas devem, obrigatoriamente, pautar-se nos princípios constitucionais regulamentados pela LDB no seu artigo 3º, que configuram pontes de uma relação ética, democrática, justa e humanizada entre a educação e a sociedade. No plano da relação didático-pedagógica, alguns princípios têm maior pertinência com esse tipo de relação fundamental para a garantia dos direitos à aprendizagem significativa e para a afirmação da dignidade da pessoa humana, na busca da superação da desigualdade no contexto da sociedade de classes. Os princípios que guardam maior pertinência com essa relação, na perspectiva psicológica e didático-pedagógica:
- a) estão estabelecidos no artigo 206 da CF/88, incisos I a IV: O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; (...)
 - b) são os princípios relativos ao conceito da educação básica, que, conforme o artigo 21 da LDB/96, agrega a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio.
 - c) são todos os princípios estabelecidos no Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal de 1988, que dizem respeito à eliminação da pobreza e das desigualdades sociais.
 - d) são os princípios e as diretrizes que distinguem os dois níveis da educação brasileira, definidos como educação básica e educação superior.
 - e) são os princípios que instituem a Década da Educação no Brasil, conforme estabelece o artigo 87 da LDB.
26. As bases políticas da educação brasileira, estabelecida como um direito, articulam a autonomia dos sistemas de ensino, bem como de seus estabelecimentos (as escolas), com a gestão democrática como princípio da educação nacional. Conforme a finalidade definida no artigo 205 da Constituição Federal de 1988, "a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho". Esta determinação constitucional assegura que:
- a) a centralização das medidas pelo MEC, visando à concretização da educação de caráter nacional, deve ser aplicada na perspectiva do pensamento único.
 - b) os Sistemas de Ensino, bem como seus estabelecimentos, têm a prerrogativa da interdição do corpo de entidades representativas dos docentes e da sociedade civil organizada (sindicatos, associações de pais e mestres etc.), em nome da sua autonomia e do poder de mando dos dirigentes.
 - c) a educação, como um direito de todos e dever do Estado e da família, promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, requer o *diálogo* como método e prática de formação nas escolas com o exercício de cidadania ampliada e antagônica a processos de clientelismo e de particularismos.
 - d) o poder público deve impedir o acesso dos cidadãos à informação e aos processos de decisão, evitando o controle social.
 - e) os direitos humanos são privilégios das pessoas consideradas *bem-nascidas*, que recebem a proteção do Estado de direito para que não sejam expostas à tirania e ao ataque de desvalidos.
27. O Congresso Nacional aprovou uma mudança na Constituição Federal de 1988, a qual produziu significativas modificações no Capítulo III da educação, da cultura e do desporto, Seção I da educação. Uma das alterações relevantes diz respeito aos incisos I e VII do art. 208, cuja nova redação prevê o alargamento da faixa etária para a obrigatoriedade do ensino e do atendimento igualitário por meio de programas suplementares. O instrumento legal aprovado com o conteúdo dos incisos acima referidos é:
- a) a Emenda Constitucional Nº 14, de 12/09/ 1996, que dá nova redação aos incisos I e II do art. 208 da Constituição Federal e ao art. 60 do ato das disposições constitucionais transitórias, criando o FUNDEF, para o desenvolvimento e a manutenção do ensino fundamental e a valorização do magistério.
 - b) a Emenda Constitucional nº 53, de 19/12/2006, que deu nova redação ao Inciso V, do art. 206, alterando o teor do princípio da *valorização dos profissionais da educação escolar*, e do Inciso IV, sobre a educação infantil.
 - c) a Emenda Constitucional Nº 59, de 11 de novembro de 2009, que aprovou a obrigatoriedade e gratuidade para todas as etapas da educação básica, a qual passou a vigorar como *direito público subjetivo* para a faixa etária de 4 a 17 anos, assegurando sua oferta gratuita para os que a ela não tiveram acesso na idade própria, bem como o atendimento a todos os educandos por meio de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.
 - d) a Resolução 217 (III) da Assembléia Geral das Nações Unidas, de 10 de dezembro de 1948, que proclama os 30 artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos.
 - e) a Medida Provisória nº 746, de 2016, que reformula o Ensino Médio, instituindo a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, alterando a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

28. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Nº 9394/1996), em obediência à Constituição Brasileira de 1988, prevê a elaboração e execução de um Plano Nacional de Educação (PNE). Nesta conjuntura (pós-1988), o primeiro PNE foi convertido em 2001 na Lei Nº 10172, e o segundo PNE, aprovado pela Lei Nº 13005/2014, estará em vigor até o ano de 2024. Este PNE, traçado de acordo com o objetivo definido no art. 214 da CF/88, sustenta-se na concepção articulada entre um sistema nacional de educação e os sistemas específicos de estados e municípios. Essa articulação, que visa assegurar o direito do cidadão e o cumprimento do dever do Estado para o acesso universal à educação de qualidade, com equidade, deve ser afirmada na execução do atual PNE, nos termos:

- a) do Decreto que estabeleceu um conjunto de medidas e metas lançadas através do PDE em 2007, como um ato do poder executivo que se configura numa política pública ligada ao PAC.
- b) do regime de colaboração (CF 1988) e das diretrizes e bases da educação nacional, que abrangem o conjunto dos sistemas federal, estaduais, municipais e distrital vinculados por princípios, objetivos, metas e estratégias comuns a um sistema nacional de educação, que tem por princípio preservar a autonomia regional e local.
- c) da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Nº 4.024/61, que previu um Plano de aplicação de recursos federais com a obrigação de estabelecer metas e fundos para cada nível de ensino, estabelecendo que os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino fossem distribuídos em Fundos para cada setor, atribuindo ao CFE a competência de elaborar o plano de aplicação de cada fundo.
- d) da Emenda Constitucional nº 48, de 10 de agosto de 2005, que acrescenta o § 3º ao art. 215 da Constituição Federal, instituindo o Plano Nacional de Desenvolvimento da Cultura.
- e) de orientações de líderes carismáticos e autoritários que, por meio da imposição de sua vontade, podem influenciar e manipular grupos, em detrimento da liberdade.

29. As instituições educativas têm como ofício e desafio cotidianos exercitar a capacidade de repensar a organização do saber e, portanto, repensar o ensino e a educação para o pleno desenvolvimento de cada pessoa (CF/88) por meio da educação continuada, da educação para a mudança e da educação compreensiva, no sentido de ser compartilhada e de atingir tanto a razão quanto a emoção (Benevides, 2000). A escola tem a função social imprescindível de viabilizar o acesso à cultura letrada, tornando efetivos os fins a que se propõe para garantir os direitos de cidadania e os direitos humanos como condição para a liberdade, a igualdade e a dignidade humanas, concretizando, em seu projeto de educação, o que a Declaração Universal dos Direitos Humanos define no seu Preâmbulo e no artigo 1º, desde 1948, proclamando:

- a) que a escola deve atuar para dar sentido aos princípios da eugenia, privilegiando os bem-nascidos, cujas consequências diretas são a discriminação de pessoas por categorias e a rotulação de pessoas como aptas ou não aptas para a reprodução.
- b) que se deve praticar o que está escrito “Na Constituição brasileira de 1934, em seu artigo 138, que ‘Incumbe à União, aos Estados e aos Municípios, nos termos das leis respectivas: b) estimular a educação eugênica’. No Brasil das décadas de 1930 a 1940, a ‘educação eugênica’ foi aplicada às crianças, em especial aos filhos da classe trabalhadora mais empobrecida, sobretudo nos termos da época, entre órfãos e abandonados, pretos ou pardos, débeis ou atrasados’. (“Racismo à brasileira”, Sidney Aguilar Filho).
- c) que a filosofia da escola tenha por base os mecanismos de autoritarismo, categorização, estereótipos, preconceito e discriminação como valores importantes que se juntam para promover um ambiente de ensino favorável às práticas etnocêntricas, sexistas e racistas.
- d) que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo. Assim, proclama que todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade.
- e) que a educação superior seja destinada exclusivamente à elite, gerando a qualidade pela seletividade socioeconômica.

30. A gestão democrática como princípio da educação nacional afirma a *autonomia* das instituições de educação em todos os níveis, orientada por uma nova cultura política de cidadania, constituída no contexto de um Estado Democrático de Direito. As diretrizes e bases da educação servem para promover o concreto exercício da *autonomia* das escolas, consubstanciada na *possibilidade real* da comunidade capacitar-se para a elaboração coletiva de Projetos Políticos Pedagógicos de qualidade. As universidades, no exercício de sua autonomia, têm como uma de suas atribuições “fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes”. A construção, formulação, participação efetiva das comunidades na elaboração, na avaliação e na gestão democrática de Projetos Pedagógicos ditados na Constituição Federal e na LDBEN atual configuram um novo paradigma para a:

- a) centralização da gestão pelos gerentes das escolas, os quais devem isolar-se para elaborar a proposta pedagógica, conforme define a Lei das Diretrizes Legais e Bases Curriculares da Educação Nacional.
- b) afirmação da liberdade da escola na gestão do Projeto Pedagógico, conforme princípio estabelecido nos incisos VI e VII do art. 206 da CF/88, regulamentado pela LDBEN 9394/96, nos termos dos artigos que compõem o Título IV Da

- Organização da Educação Nacional, que se referem objetivamente a tal incumbência no nível da educação básica, consoante a art.12, inciso I, art. 13, inciso I; art. 14 e incisos I e II; e, no nível superior, o inciso II do art. 53.
- c) base curricular dos três graus de ensino consignados na primeira LDB nº 4.024/1961: o primário, o médio e o superior, conforme art. 25 e art. 26, cuja finalidade é “o desenvolvimento do raciocínio e das atividades de expressão da criança e a sua integração no meio físico e social”, a partir da base curricular ministrada no mínimo ao longo de quatro séries anuais subsequentes e interdependentes.
- d) difusão do mecanismo de passividade da escola, a qual deve curvar-se às determinações e deliberações das instâncias superiores, assumindo o discurso e à prática de desresponsabilização de todos, devido a relativa autonomia da escola.
- e) ameaça à democracia representativa, uma vez que o princípio da colaboração recíproca definido pela CF/88 e a nossa intrincada legislação educacional impedem o funcionamento autônomo dos entes federativos e, conseqüentemente, dos sistemas de ensino e seus estabelecimentos.
- 31.** Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), como qualquer outra proposta com o propósito de se tornar referência nacional para a formulação dos currículos dos sistemas e das redes de escolas, são dimensões de uma política educacional que envolvem tanto a questão federativa quanto a questão da participação democrática. No Brasil, os PCNs criados em 1997 corresponderam a um esforço do MEC para encaminhar o debate sobre “fixar conteúdos mínimos”, em cumprimento ao que está previsto no Título VIII, Capítulo III – Seção I Da Educação, na Constituição Federal de 1988. Como política de um governo, os PCNs apresentaram naquela conjuntura orientações e referências curriculares que se tornaram recomendações de normas seguidas pelas escolas e seus professores, porém sem força de lei. Dado esse caráter marcante, os PCNs se configuram no cenário educacional:
- a) como uma iniciativa conjuntural do poder executivo articulada na década de 1990, num contexto de transição e de aprovação da nova LDBEN/1996, como uma medida tendente a regulamentar e efetivar o disposto no *caput* do art. 210 da Carta Magna de 1988.
- b) como as Diretrizes Curriculares Nacionais obrigatórias, uma vez que se propõem dar sentido ao encaminhamento da educação, por se transformarem em referência básica das matrizes curriculares das escolas.
- c) como medida normativa com força de lei, aprovada pelo Congresso Nacional em 1997.
- d) como a primeira alteração da LDBEN, que traçou as estratégias para fomentar a qualidade da educação profissional e da EAD.
- e) como uma determinação constitucional do período do governo militar que regulamentou os componentes da política para a formação de professores para a educação básica.
- 32.** As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) se estabelecem para orientar o desenvolvimento da educação nacional em todos os níveis, fundamentadas nas finalidades e princípios como valores comuns constitucionalizados (CURY). Como explicita Cury, a educação é nacional porque se assenta em *diretrizes e bases da educação nacional*. Neste sentido, as DCNs são normas estabelecidas pela LDBEN/96 para a Educação Básica e Superior. São orientadoras do planejamento curricular que compõe o Projeto Pedagógico das escolas e dos cursos nas Universidades. Concebidas e fixadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), são legais, legítimas e válidas para todo território nacional. Isto significa que:
- a) as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) não têm força de lei e não são obrigatórias, porque são decorrentes da política de um governo que vigorou no período de 1994 a 1998 e assumiu a incumbência da União no seu dever de estabelecer competências e diretrizes para a educação básica.
- b) os sistemas de ensino de todas as esferas (federal, estadual, municipal, distrital) e suas respectivas redes de escolas têm a prerrogativa de não seguir as DCNs, pois sua autonomia faculta total independência para formular princípios, fundamentos e procedimentos que orientem a organização, articulação, desenvolvimento e avaliação das propostas pedagógicas.
- c) as escolas e as universidades particulares, abrangidas pela determinação do artigo 7º da LDB/96, não precisam cumprir as normas gerais da educação nacional; portanto, são dispensadas de seguir as DCNs e de autorização para seu funcionamento.
- d) as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), previstas no artigo 9º, incisos IV e VII da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, assumem caráter doutrinário e mandatário de obrigatoriedade para o conjunto dos sistemas de ensino e suas redes de escolas, com o propósito de nortear a formulação dos currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar a formação básica comum.
- e) as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) e os currículos das escolas e instituições de ensino superior são uma e a mesma coisa e obedecem às normas definidas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais.
- 33.** A Constituição Brasileira de 1988 estabelece atualmente a existência de categorias de trabalhadores considerados *profissionais da educação*. A efetividade da ação desses profissionais nas instituições de educação, sobretudo as públicas, demanda a existência de condições necessárias ao desenvolvimento do seu trabalho, o qual envolve, objetivamente, o direito de todos à educação com qualidade social, vinculada ao projeto de sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos. Esta forma de dar sustentabilidade ao trabalho do profissional da educação é decorrente:

- a) do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, com o apoio da classe dos ruralistas.
- b) da Resolução 217 A (III), aprovada na Assembléia Geral das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1948.
- c) da Emenda Constitucional nº 53/2006, que, ao dar nova redação ao artigo 206 da CF/88, incluiu o parágrafo único e o inciso VIII e redigiu o inciso V, determinando que a valorização dos profissionais da educação engloba carreiras estruturadas, formação inicial articulada à formação continuada, condições dignas de trabalho e salários condizentes com a responsabilidade do seu ofício.
- d) da declaração relativa aos direitos e princípios fundamentais no trabalho, adotada em 1998 pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), uma Agência das Nações Unidas que defende a justiça social.
- e) de convenções internacionais: Convenção n.º 29, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), promulgada pelo Decreto n.º 41.721, de 25 de junho de 1957; Convenção sobre a Escravatura de Genebra, promulgada pelo Decreto n.º 58.563, de 1º de junho de 1966; Convenção Americana sobre Direitos Humanos, promulgada pelo Decreto n.º 678, de 6 de novembro de 1992.
- 34.** As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, cuja organização deve obedecer, obrigatoriamente, ao princípio constitucional que conceitua uma UNIVERSIDADE no Brasil. Neste sentido, o Planejamento das atividades fins a serem desenvolvidas nas instituições desse porte para implantação e avaliação de projetos de ensino, pesquisa e extensão demanda apoio e recursos financeiros do Poder Público, bem como profissionais da educação com ampla competência para articular as atividades por meio de projetos que promovam o *efetivo trabalho acadêmico*. Assim, o ato de planejar, implantar, fazer o acompanhamento e a avaliação de projetos nas Instituições de Educação Superior (IES) brasileiras, visando à inovação, ao desenvolvimento científico e tecnológico do país exige:
- a) que os profissionais da educação planejem as atividades com base nas suas ideias e especialidades de forma isolada, uma vez que o ensino, a inovação, a pesquisa e o desenvolvimento científico e tecnológico dependem unicamente do conhecimento disciplinar, da criatividade e do esforço dos profissionais.
- b) que o tratamento dado ao desenvolvimento científico, à pesquisa e à capacitação tecnológicas, impostos pelo Estado nos termos dos artigos 218 e 219 da CF/88, com o dever de promovê-los e incentivá-los, seja atribuição de um único especialista nas universidades.
- c) um compromisso particular de profissionais com nível limitado de formação superior para cumprir formalidades do cargo, pois a Ciência, a Tecnologia e a Inovação não são meios essenciais e imprescindíveis para o desenvolvimento científico e tecnológico de um País.
- d) apenas o preenchimento de documentos e formulários para responder, na forma da lei, às demandas aprovadas e apresentadas pelos Conselhos Superiores das universidades.
- e) que os profissionais da educação conheçam e apliquem a legislação educacional, especialmente o preceito constitucional posto pelo artigo 207, que determina a obediência das universidades ao princípio da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, consubstanciadas como atividades fim para a organização do trabalho acadêmico, bem como dominem as teorias para elaborar os projetos em equipe.
- 35.** Com base nas ideias de CHAUI e da Declaração Mundial sobre Educação Superior, uma nova análise das relações dinâmicas entre a universidade pública e a sociedade, na sua diversidade, demonstra a relevância estratégica da educação superior e reafirma o caráter social dessa instituição. A sociedade, fundamentando-se cada vez mais no conhecimento, leva a educação superior e a pesquisa a atuar como parte fundamental do desenvolvimento cultural, socioeconômico e ecologicamente sustentável dos indivíduos, comunidades e nações. Uma universidade participante e autônoma referenciada no ideário da democracia e da democratização do saber, no contexto da globalização, tem como desafio:
- a) a elaboração de bases organizativas dos currículos na perspectiva da acumulação flexível do capital financeiro, à medida que sua hegemonia na era da globalização vincula a universidade à tutela empresarial e das finanças.
- b) tornar-se uma universidade enclausurada e paroquial diante dos riscos de perder o apoio do capital financeiro, com as ameaças de cortes de financiamentos empresariais.
- c) participar de todos os aspectos da vida da sociedade de classes, sem perder sua autonomia e seu caráter social e acadêmico, assumindo, por meio da formulação de seus Projetos Pedagógicos e de seus currículos, a responsabilidade social na definição de itinerários formativos, em coerência com a organização e as normas para a imprescindível organização, articulação, desenvolvimento e avaliação de suas propostas pedagógicas, referenciadas nas Diretrizes Curriculares dos cursos e respectivas áreas de conhecimento, conforme determina a LDB /1996.
- d) elaborar currículos que correspondam eficientemente aos princípios da universidade funcional e operacional, limitando os itinerários formativos à formação de mão de obra especializada para o mercado de trabalho.
- e) construir currículos para a formação das classes trabalhadoras, visando sua inclusão por meio de cursos de curta duração para o atendimento à Meta 12 do PNE 2014/2024, cuja exigência é elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos.

36. Na conjuntura atual, para a realização dos processos de trabalho no contexto das instituições de educação, em qualquer nível, Cury defende que um *mínimo de organização para efeito social é fundamental e implica a existência, o conhecimento e obediência aos códigos democráticos*. Neste sentido, os processos de trabalho na universidade, como em qualquer outra escola, assumem caráter formal e aberto à participação cidadã e ao controle social com base no princípio da gestão democrática, referenciado nos *fundamentos do Estado Democrático de Direito*. Este, fundamentalmente, é o ponto de partida e de chegada da organização dos processos de trabalho para o desenvolvimento da educação com qualidade social, equidade e ética. Considerando que o ato de organizar e coordenar as atividades não é meramente técnico, cabe a cada profissional da educação pública articular criatividade e responsabilidade para:

- a) entender que o trabalho organiza-se do ponto de vista técnico, à medida que as leis “não pegam” e, pela sua dinâmica de alteração constante, não há como acatá-las na orientação do processo de trabalho.
- b) articular métodos e formas de trabalho, evitando a participação coletiva e democrática, que interfere de modo prejudicial no processo de trabalho moderno e globalizado, afeito às demandas empresariais que precisam de respostas imediatas e objetivas, focadas na filosofia do “tempo é dinheiro”.
- c) repensar as políticas de inclusão, postas pela Constituição de 1988, as quais demandam recursos astronômicos para realizar metas e estratégias inalcançáveis, num contexto de crise econômica.
- d) capacitar-se permanentemente, ampliando suas habilidades para conhecer e acatar as orientações emanadas dos marcos legais comuns para fazer a condução dos processos de trabalho, obedecendo aos princípios constitucionais da *legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência*, abdicando do improviso.
- e) rever os princípios emanados da sexagenária Declaração Universal dos Direitos Humanos, da constituição balzaquiana e da Agenda 2030, frente às condições que a sociedade do conhecimento desenvolve para adequar as demandas sociais ao capital financeiro.

37. A organização de processos de trabalho no âmbito de instituições educativas de nível superior, na sua articulação com a educação básica, envolve a importância de acompanhar as mudanças na legislação e aquelas resultantes da relação entre a educação e a sociedade civil. Dentre as demandas produzidas pelo PNE 2014/2024, a *promoção da melhoria da qualidade dos cursos de pedagogia e de todas as licenciaturas, por meio da aplicação de instrumento próprio de avaliação*, enseja um alto nível de organização coletiva das universidades no encaminhamento e operacionalização desta estratégia. O grau de complexidade para realizar tal

tarefa requer, além da participação efetiva de técnicos em assuntos educacionais:

- a) o esforço isolado de uma equipe centralizada na Pró-reitoria de Ensino de Graduação, responsável pelo encaminhamento da avaliação dos cursos da graduação nas universidades, que tome como ponto de partida os resultados da avaliação externa dos cursos de licenciatura.
- b) que a Coordenação dos cursos operacionalize sua tarefa da reformulação do currículo pontualmente, com o foco no cumprimento da determinação expressada pela Meta 15 do PNE.
- c) a intervenção do MEC para submeter os cursos a avaliação externa, dada a fragilidade diagnosticada por meio dos relatórios do ENADE, dos resultados da avaliação externa e da autoavaliação.
- d) a ampliação das atividades de Extensão por meio de projetos financiados pelo MEC e por organismos internacionais.
- e) o trabalho articulado e de equipe entre as pró-reitorias e unidades acadêmicas que oferecem cursos de licenciatura, com base na Estratégia 13.4 da Meta 13 e suas estratégias, relacionadas à diretriz IV do PNE; o conhecimento profundo das metas e estratégias do PNE, no contexto da sua implementação no âmbito das universidades; a autoavaliação dos cursos com a revisão/reformulação dos seus Projetos Pedagógicos e seus currículos; acompanhamento do processo e avaliação dos resultados e do impacto sobre a vida das pessoas.

38. A avaliação da Educação Superior nas universidades brasileiras encontra respaldo na CF/1988 e na LDBEN/1996. Em 2004 foi instituído o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), com a aprovação da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2014. Esse Sistema criou procedimentos e instrumentos próprios para avaliação interna e externa do conjunto das atividades realizadas pelas universidades, faculdades, centros universitários e demais instituições que desenvolvem atividades nesse nível. Esse é um Sistema que funciona com estrutura própria, a qual se caracteriza por:

- a) definir o perfil avaliativo do SINAES, conforme o modelo de avaliação fundamentado no Exame Nacional de Cursos, popularmente conhecido como Provão, ao qual ficou atribuída, entre outras competências, a decisão sobre o funcionamento dos estabelecimentos isolados de ensino superior, federais e particulares, bem como decidir sobre o reconhecimento das universidades.
- b) ter por base uma primeira lei de referência com a redação dada à Lei n. 4.024/61, com aprovação da Lei n. 9.131/95, que regula a avaliação institucional da educação superior e (re)cria o Conselho Nacional de Educação.
- c) estabelecer a vinculação entre avaliação, regulação e supervisão; compor-se da avaliação das instituições da educação superior, dos cursos

- e do desempenho dos estudantes; estabelecer procedimentos e instrumentos próprios para a avaliação de cada componente; e avaliar, principalmente, o ensino, a pesquisa, a extensão, a responsabilidade social, a gestão das instituições, o Projeto Pedagógico dos Cursos, o corpo docente, as instalações e o desempenho acadêmico dos alunos.
- d) fundamentar-se na Reforma Universitária de 1968, Lei n. 5.540, com uma configuração nova a partir da associação entre ensino e pesquisa, funcionando por meio do Programa de Avaliação da Reforma Universitária de 1968 (PARU), que introduz a temática da avaliação nas universidades, dando prosseguimento ao processo avaliativo.
- e) compor-se do programa Universidade para Todos (PROUNI), um dispositivo legal estabelecido pela Lei n. 11.096/2005, a qual concede bolsas integrais ou parciais para estudantes das instituições de ensino superior particulares, em vagas para estudantes selecionados pelo Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).
- 39.** A Avaliação da Educação Superior, em que pese a autonomia universitária determinada pela Constituição Federal de 1988, expressa o poder do Estado Brasileiro no controle da qualidade do funcionamento de toda e qualquer Instituição de Educação Superior (IES), dos cursos superiores em todas as modalidades e do desempenho dos alunos. Essa condição reafirma-se no art. 1 da Lei 10.861/2014, que instituiu o SINAES com o objetivo de:
- a) introduzir a temática da avaliação da aprendizagem dos alunos e recolocar a Universidade como parceira na busca de uma nova legitimidade, criando a “Comissão Nacional para a Reformulação do Ensino Superior”, a qual, em 1986, passou a chamar-se “Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior” (GERES).
- b) assegurar o processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes, nos termos do art. 9º, VI, VIII e IX, da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
- c) produzir mecanismos e instrumentos de proteção absoluta ao ensino privado, com a concessão para funcionamento de cursos, em detrimento das instituições públicas, da avaliação da qualidade e em contraposição à LDB e outras leis de referência pertinentes à avaliação.
- d) exigir o ensino médio como condição para os cursos sequenciais, conforme a Lei n. 11.623/07, tornando obrigatória a publicidade dos resultados do processo seletivo (Lei n. 11.331/06).
- e) alterar o capítulo da educação superior por meio do conjunto de decretos (n. 2207/97 e n. 2.306/97), visando regular o sistema federal de educação, criar os centros universitários (art. 8º e 12) e isentar da avaliação as entidades privadas com e sem fins lucrativos.
- 40.** A Avaliação Institucional, conforme a Lei nº 10.861/2014, está vinculada às finalidades do SINAES, que dizem respeito à melhoria da qualidade da educação superior, à orientação da expansão de sua oferta, ao aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e ao aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional. O cumprimento dessas finalidades é feito por meio:
- a) da Autoavaliação das IES, coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) de cada instituição e orientada pelas diretrizes e pelo roteiro da autoavaliação institucional da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES); e da Avaliação externa, realizada *in loco* nas IES por comissões designadas pelo INEP, tomando como referência tanto os padrões de qualidade para a educação superior expressos nos instrumentos de avaliação, quanto os relatórios das autoavaliações produzidos pela CPA.
- b) da avaliação dos cursos sequenciais e à distância, sob a responsabilidade e coordenação da UNESCO e realizada pelos conselhos superiores da universidade, com a participação das organizações da sociedade civil.
- c) do Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB, instituído em 1990, utilizando um conjunto de avaliações externas em larga escala, com o objetivo de realizar um diagnóstico da articulação entre a educação superior e a educação básica brasileira e de alguns fatores que possam interferir no desempenho dos estudantes, fornecendo um indicativo sobre a qualidade do ensino ofertado.
- d) dos Projetos Pedagógicos dos cursos de Pós-graduação *strito sensu* das áreas científicas e tecnológicas, com a condução do processo avaliativo sob a responsabilidade das Associações de Professores e dos Centros Acadêmicos pertinentes aos cursos.
- e) do SAEB, reestruturado em 2005 para realizar, com os mesmos objetivos e procedimentos, a Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEB) e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC), conhecida como Prova Brasil, criada com o objetivo de avaliar a qualidade do ensino ministrado nas escolas das redes públicas.
- 41.** As avaliações de Instituições de Educação Superior brasileiras, bem como de seus cursos de graduação, se orientam por um ordenamento jurídico, uma dinâmica e uma lógica processual que estabelecem a vinculação entre avaliação, regulação e supervisão. No contexto do SINAES, a avaliação é referencial básico para os processos de regulação e supervisão, com reflexos objetivos na tomada de decisão sobre a entrada e a permanência de IES e de cursos no sistema federal de educação superior. De acordo com

o Decreto nº 5.773/2006, regulação e supervisão são responsabilidade exclusiva do MEC e se efetivam por meio da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), com especificidades importantes que as distinguem uma da outra. Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) A regulação e a supervisão são uma e a mesma coisa no processo da avaliação dos cursos sequenciais e de pós-graduação, com a função de fortalecer a educação superior e produzir diagnóstico para informar a sociedade e a administração das IES.
 - b) De acordo com o decreto nº 5.773/2006, a regulação se efetiva por meio das concessões ilimitadas para o funcionamento de instituições particulares de ensino superior e de cursos de curta duração. Já a supervisão se realiza com o objetivo de promover a oferta de educação básica e superior no sistema privado de ensino com a legislação aplicável.
 - c) A regulação se efetiva por meio de atos autorizativos administrativos do funcionamento de instituições de educação superior e de cursos de graduação. A supervisão se realiza com o objetivo de zelar pela conformidade da oferta de educação superior no sistema federal de ensino com a legislação aplicável.
 - d) A supervisão e a regulação são de responsabilidade exclusiva do Ministério da Educação e se efetivam por meio da ANDIFES, da Associação Portuguesa de Ensino Superior privado e do Fórum Representativo do Ensino Superior Privado, sob a responsabilidade da ANDIFES e do MEC.
 - e) A regulação e a supervisão são realizadas, considerando os fins da avaliação, com o foco na desregulamentação cartorial dos currículos e dos atos que regulam a entrada e a permanência das instituições e de cursos no sistema federal de educação superior.
42. Segundo análise de Marilena Chauí, na sociedade globalizada o conhecimento tem papel central nos processos de produção econômica. Conhecimento e informação, integrados ao próprio capital, geram acumulação e reprodução e, nesta relação, a informação prevalece sobre o conhecimento. Nesse contexto, a produção de conhecimentos nas universidades, submetidas à lógica do mercado, pode destinar-se a gerar mais informação para o capital financeiro, em detrimento das políticas sociais para o desenvolvimento humano sustentável. Outras características da produção de conhecimentos na globalização são o seu crescimento acelerado, sua maior complexidade e a tendência à obsolescência. Essas características do conhecimento na sociedade contemporânea ensinam:
- a) uma metodologia qualitativa para configurar uma teoria e um imaginário do conhecimento.
 - b) um significativo progresso e desenvolvimento autônomo das universidades como instituições sociais comprometidas com a vida das suas sociedades, sem interferência do capital financeiro.

- c) uma supervalorização do capital, do trabalho, das matérias-primas, da energia, em detrimento do conhecimento, da informação, da inovação e das tecnologias.
- d) a noção de *sociedade do conhecimento* como um novo paradigma econômico e produtivo, no qual o fator mais importante é o uso intensivo e competitivo do conhecimento, da informação e das inovações tecnológicas.
- e) a negação da informação fetiche como a finalidade suprema do novo milênio, para superar a negligência do sujeito e resgatar a valorização da filosofia, questionando os meios de comunicação como sujeitos de si mesmos: Informação para quê? Informação para quem?

43. Edgar Morin afirma que a globalização é resultado de um processo que se iniciou com a conquista das Américas e a expansão dominadora do ocidente europeu sobre o planeta. Do seu ponto de vista, isso representa a primeira modernização e unificação mundial danosa para todos, no princípio do século XVI, com a globalização dos micróbios: a tuberculose chegou às Américas e os micróbios americanos da sífilis chegaram à Europa. A segunda é a globalização minoritária, da autocrítica e relativização dos conhecimentos dominantes feita por intelectuais, como Bartolomeu de las Casas, Montaigne, Montesquieu e Lévi-Strauss, que valorizam as virtudes e qualidades humanas das culturas consideradas pequenas, antigas, primitivas, descobrindo conhecimentos que não conheciam. Deste modo, Edgar Morin reconhece que:

- a) a eugenia criada por Galton deve ser uma política adotada nas escolas brasileiras, pois foi defendida por Monteiro Lobato e praticada numa fazenda no Estado de São Paulo, onde 50 garotos órfãos, “na maioria negros”, foram escravizados com o objetivo de receber educação por intermédio do trabalho forçado, seguindo o ideário eugênico.
- b) não há uma única globalização (ou modernização?), mas duas, que são ligadas e antagônicas: de um lado, o processo da escravização das populações conquistadas; de outro, o processo de descolonização ou da *emancipação relativa* dos povos dominados, que dá continuidade às ideias dos direitos humanos.
- c) atualmente, há uma única globalização, a qual permite a expansão do conhecimento e da ideologia do pensamento único, necessário ao progresso da ciência e da tecnologia para promover o crescimento econômico, com a exclusão dos países pobres.
- d) atualmente, a globalização é o resultado do desenvolvimento humano sustentável, a qual promove o relacionamento orgânico entre as universidades e o setor produtivo, produzindo a ruptura com o antagonismo e a ignorância recíproca entre essas esferas.
- e) no processo de avanço da globalização, a educação superior precisa desenvolver currículos estreitamente orientados pelo parâmetro da *empregabilidade*, com foco nas competências e flexibilidade na formação correspondente às tendências do mercado.

44. Samuel Martinho Rodrigues e Carmelita Felício observam que a tendência para uma formação teórico-técnica dos alunos reflete um modelo de educação moderna baseada na profissionalização e tecnificação dos homens, o qual se justifica como uma ação necessária às sociedades baseadas na industrialização. Neste contexto, o reconhecimento de que o desenvolvimento social do homem trouxe para as ciências uma gama de informações que levou à sua fragmentação tem produzido discussões e avanços acerca do tema da interdisciplinaridade. Contudo, a concretização da proposta do trabalho interdisciplinar ainda é um desafio. Assim, a interdisciplinaridade se apresenta como uma necessidade e um problema devido a duas características atuais:

- a) A globalização e os problemas que dela decorrem não são barrados por qualquer limite teórico, religioso, geográfico, político, etc.; o crescimento exponencial dos saberes e sua concreta fragmentação, que não conseguem responder satisfatoriamente às necessidades sociais, haja vista a alta especialização da formação científica e a dificuldade dos especialistas em dar respostas satisfatórias aos problemas concretos.
- b) Os avanços do desenvolvimento globalizado são limitados pelo ensino da filosofia nas escolas de todos os níveis de ensino como recurso indiscutível de mudança do modelo utilitarista de educação; a formação centrada nas competências individuais consegue dar respostas adequados às questões e aos problemas sociais da atualidade.
- c) A fragmentação do conhecimento das ciências e a conquista dos saberes contribuíram para o importante surgimento das profissões cada vez mais especializadas, formando competências isoladas umas das outras; a formação centrada no pensamento único tem o poder de oferecer respostas prontas e adequadas à diversidade de questões da atualidade.
- d) A alta especialização, ao responder satisfatoriamente aos problemas globais, faz avançar o progresso da ciência, haja vista a dificuldade dos especialistas em trabalhar de modo interdisciplinar para articular conhecimentos de diferentes áreas e dar conta de responder a esses problemas; os avanços da ciência e do desenvolvimento globalizado são limitados pelo ensino da filosofia nas universidades.
- e) As mudanças econômicas ocorridas em escala mundial, aliadas às novas formas de trabalho e de produção, tornaram concreto o relacionamento entre as universidades e os setores produtivos; os setores produtivos e industriais ignoram o trabalho das universidades, utilizando os resultados das pesquisas e suas aplicações.

45. As tecnologias da informação e comunicação, ainda que não sejam, por si só, solução para todos os problemas educativos, têm um relevante papel na formação humana, destacando-se como parte orgânica das aprendizagens essenciais que cada

estudante deve desenvolver no processo da sua formação escolar. Desse modo, é inegável reconhecer que, neste novo contexto:

- a) a revolução digital dá origem a novas formas de organizar a educação e as aprendizagens significativas, por meio da expansão da internet, que coloca todos os conhecimentos à disposição de qualquer pessoa, em qualquer lugar, permanentemente.
- b) as novas tecnologias no processo educativo impedem a flexibilidade do currículo e aplicação de toda a moderna teoria curricular do replanejamento dos planos de estudo.
- c) a escola paralela da mídia de massa é perniciosa à formação de indivíduos críticos e criativos.
- d) as mídias de massa prejudicam o desenvolvimento da capacidade de continuar aprendendo nos contextos cotidianos de expansão dos conhecimentos e de mudanças tecnológicas.
- e) as tecnologias da informação e comunicação interferem negativamente nos processos de transmissão dos conteúdos escolares centrados na aprendizagem, negando a importância do ensino e do professor.